

NOVAS NARRATIVAS PARA NOVAS GEOGRAFIAS

Isabel Alves Costa

“A cultura não vale nada se, para si, a existência não quiser dizer combate. *O que a alimenta é a qualidade essencial de presente* (Baudelaire). A força da cultura consiste em experimentar, testar, os modos, os meios, as vias e os instrumentos da época desde que o sentido e o desejo não se deixem armadilhar pelo fascínio tecnicista e de eficácia economicista. Ou a cultura é visceralmente crítica ou então não é mais do que a sua própria caricatura. É neste sentido que a cultura está radicalmente ligada à política.” (Michel Guerin, *Pour une culture énergumène*, in *La pensée de midi* nº16, Outubro, 2005)

O território onde me movo, o Vale do Minho, à semelhança de muitas outras regiões em Portugal, apresenta, actualmente, e apesar do esforço autárquico de 35 anos de regime democrático, vários desequilíbrios socioeconómicos que permitem a sua classificação como território afectado pelo que normalmente designamos de “interioridade”. Tal fenómeno é de raiz complexa, estando na razão da sua existência uma série de factores¹. Podemos, contudo, afirmar que, de uma maneira geral, o fenómeno da “interioridade” está intimamente ligado ao fenómeno da desertificação, e que se explica, por um lado, por movimentos migratórios de grande significado e, por outro, por um progressivo envelhecimento populacional, responsáveis por resultados, por vezes calamitosos no plano humano, comunitário e social. Quanto ao enquadramento histórico, embora, tal como já referimos, possamos e devamos atribuí-lo ao fortíssimo fenómeno de emigração (estrangeiro/litoral) das últimas décadas da ditadura, não devemos esquecer, contudo, predisposições históricas bem anteriores, ligadas ao secular

¹ A “interioridade” é determinada, por exemplo, pelos 15 km que separam Paredes de Coura da auto-estrada.

aparelho de gestão económico-político do Império mais antigo da Europa à altura da Revolução de 1974.

Alguns factores preponderantes deste quadro perduram, não esquecendo, contudo, como já referimos, um grande esforço autárquico, sobretudo no que à satisfação das necessidades básicas das populações diz respeito. Em contrapartida, será lícito sublinhar que o chamado “modelo português de desenvolvimento” baseado excessivamente no investimento “material”, na maior parte das vezes absolutamente carente de coordenação e planificação levou, nuns casos, ao agravamento e noutros, à permanência desses desequilíbrios, a despeito dos elevados fundos de coesão europeus recebidos nestas últimas décadas.

Importa, portanto, sublinhar que se consolidou em muitos casos um quadro de muito baixo desenvolvimento sociocultural, apoiado numa tradição atávica de analfabetismo, que potenciou fenómenos mais recentes de insucesso e abandono escolar. Cavou-se, desta forma, um fosso mais e mais significativo entre mundo urbano e mundo rural, sendo este, progressivamente, considerado à sombra de uma crescente perspectiva de “cristalização museológica”, evocativa de um passado “original”, pleno de ingénuas virtudes, mas irremediavelmente morto. Obviamente que pendem ainda sobre este quadro mental muitos dos valores da simbólica civilizacional salazarista, para os quais, na sua maioria, não se encontraram verdadeiras alternativas.

Em termos práticos, caminhou-se a passos largos para o alastrar de fenómenos de isolamento e encerramento das comunidades rurais, da quebra profunda de laços entre as gerações, resultando numa grave crise de auto-estima e de identidade das populações. Por um lado, um apego às tradições, muitas delas meramente “mecanizadas” ou desvirtuadas do seu significado fundamental por adaptações mais ou menos importadas do mundo urbano e, portanto, totalmente descontextualizadas. Por outro, uma supremacia quase absoluta do fenómeno televisivo, ele próprio veículo de um estar/parecer urbano/suburbano, que contribuíram progressivamente para a erosão identitária desse mesmo mundo rural.

A cultura e a expressão artística jogam, em nosso entender, um papel fundamental como veículo de reabilitação deste quadro. É unanimemente considerado que ambas contribuem para a valorização da auto-estima e para a revitalização de processos aliados à recuperação da memória social, com resultados altamente benéficos na criação de novos laços identitários dentro da comunidade e entre comunidades.

Sabemos igualmente que uma oferta cultural coerente, contextualizada e sistemática, é um poderoso aliado numa política de fixação de populações e reequilíbrio socioeconómico.

Assim, as propostas inovadoras de desenvolvimento cultural devem ser hoje, mais que nunca, pensadas a partir de uma perspectiva regional e territorial. A percepção física e simbólica do território alterou-se radicalmente nos últimos anos, em virtude da globalização e dos seus fundamentais instrumentos de comunicação real e virtual. Este novo olhar actua não só ao nível da micro-gestão do território, mas igualmente ao nível macro dos estado-nação. Actualmente, o território deverá ser pensado não com base em rivalidades paroquiais/ corporativas, mas sim centrando-se numa visão planificada e coordenada, estribada numa negociação sistemática, conducente a uma definição de interesses comuns com expressão regional.

O desenvolvimento cultural deve, portanto, ser pensado actualmente nesta perspectiva, tanto mais que transporta em si próprio um potencial imenso de estabelecimento de novas realidades comunicacionais, sendo, portanto, benéficos motores de renovação de situações de grande cristalização social.

A **Associação Comédias do Minho**, a cuja direcção artística pertenço (com Miguel Honrado e Joana Rodrigues) desde 2006, nasceu em 2003, fruto do investimento e da colaboração de cinco municípios - Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira - (e do Teatro Noroeste, posteriormente substituído pela Caixa de Crédito Agrícola como membro

associado) e deu-se por Missão, **dotar o vale do Minho de um projecto cultural próprio, adaptado à sua realidade socioeconómica e, portanto, com um enfoque especial no envolvimento das populações, a partir da construção de propostas de efectivo valor participativo e simbólico para as comunidades a que se dirigem.**

Este projecto, que tem a criação artística como motor de intervenção; que reconhece o particularismo (descentralização, interioridade/ruralidade, públicos e espaços de representação), recusando o localismo; que mantém uma exigência de inovação face ao padronizado; que se rege por parâmetros de qualidade, estruturando um trabalho continuado e com sentido; que encara a internacionalização e a mobilidade dos artistas como factor determinante do seu crescimento e irradiação, pretende constituir-se como um modelo inovador de produção e programação, *radicado em concretas práticas de inscrição no território* (Augusto M. Seabra), nomeadamente em meio predominantemente rural.

Existe hoje uma vontade à escala dos territórios, de apropriação da cultura enquanto instrumento de cidadania. *A obra torna-se simultaneamente uma ferramenta de identificação e de domínio do seu próprio destino e uma maneira de participar num destino colectivo* (Alain Hayot).

À ideia de uma *identidade colectiva imutável*, Paul Ricœur opõe a ideia de *uma identidade narrativa*: as populações tem uma história que pode ser contada e a narrativa pode ser um dos caminhos para a irradiação da cultura num território.

É pois urgente e necessário encontrar e reinventar novas narrativas, projectos que voltem a dar vida ao sujeito enquanto autor, à história e à duração, ao território.

Quando Madalena Vitorino “inventa”, com a *Comédias do Minho, Contra-Bando*, espectáculo de teatro e dança apresentado no interior de casas de diferentes freguesias do Vale do Minho é isso que faz. A partir das histórias, dos sonhos, dos desejos e hábitos das pessoas que habitam essas casas,

“escrevem-se” novas narrativas, novas dramaturgias, desenha-se uma nova geografia no espaço.

Estas casas são o palco de um encontro entre terra, artistas, animais e habitantes. Todos, em conjunto, estudam os vigorosos trabalhos do campo e da dança e, através do artifício teatral, acendem em cada lareira o fogo das artes. O público, ao entrar, celebra um ilusionismo feito com aldeões que se transformam em actores, actores em homens rurais, palha que salta de lenços de assoar, sombras de santos que pairam numa sala, enguias que dançam, pão que se reparte. Um espectáculo que acorda as grandes e velhas pedras deste vale.

Quando Igor Gandra recria, com os actores da Comédias do Minho, a lenda da *Inês Negra* também é isso que faz. Escreve-se, todos os anos, na vila de Melgaço, uma nova narrativa que, devolvida às populações, lhes dá, em espelho, uma nova identidade e um sentimento de pertença.

Quando a *Antígona*, encenada por Pierre Voltz, é apresentada num dispositivo de proximidade e cumplicidade com o público, é ainda isso que faz. Através do texto de Sófocles, as populações reconhecem-se nesta tragédia de poder e honra.

Então se se pensa que os artistas são motores das transformações da sociedade, são os elementos sensíveis da coesão social, são reveladores úteis e essenciais, é fundamental fazer com que a arte saia das malhas do “cultural” que a abriga e a sufoca, e dar condições e meios para que as obras nasçam e que todos os habitantes deste país as possam encontrar . E que sejam os artistas a definir as condições em que esse encontro é feito. E que se olhem os equipamentos culturais não como um fim em si, mas como simples ferramentas em perpétua mutação. E que se deixe de falar de públicos e se fale de populações, que não se fale de instituições mas de territórios, que se fale de pedagogia enquanto descoberta e aprendizagem, que se fale de amadores como aqueles que tem prazer em fazer. E finalmente, que se fale de políticas culturais que façam entrar a arte na nossa vida quotidiana e na nossa vida colectiva.